



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

O PROJETO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO FACE AOS IMPACTOS DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: FORMAÇÃO, TRABALHO PROFISSIONAL E ORGANIZAÇÃO COLETIVA NUMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA

GUSTAVO JAVIER REPETTI¹

EMILLY FELIX MENDES DA SILVA²

RESUMO:

Este artigo apresenta reflexões acerca do fundamento da concepção de indissociabilidade entre as dimensões da formação, do trabalho profissional e da organização política de assistentes sociais no enfrentamento da tendência à generalização do uso das tecnologias de informação e comunicação tanto no acesso aos direitos sociais quanto no exercício da profissão, numa perspectiva antirracista.

palavras chave: Formação – Trabalho Profissional – Organização Coletiva – Tecnologias de Informação e Comunicação

RESUMEN

Este artículo presenta reflexiones acerca del fundamento de la concepción de indisociabilidad entre las dimensiones de la formación, del trabajo profesional y de la organización política de trabajadores sociales en el enfrentamiento de la tendencia a la generalización del uso de las tecnologías de información y comunicación tanto en el acceso a los derechos sociales como en el trabajo profesional, en una perspectiva antirracista.

palabras clave: Formación – Trabajo Profesional – Organización Colectiva – Tecnologías de información y comunicación

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro

² Universidade Federal do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta alguns apontamentos introdutórios que mostram o fundamento da concepção de indissociabilidade entre as dimensões da formação, do trabalho profissional e da organização política de assistentes sociais em uma determinação contemporânea concreta: a tendência à generalização das tecnologias de informação e comunicação em todas as dimensões da vida social. Evidentemente, estas reflexões se circunscreverão ao âmbito do projeto profissional construído no Brasil nas últimas décadas. Parte-se do pressuposto de que o processo aprofundado a partir da trágica experiência da pandemia da COVID 19 significou uma catástrofe que pouco teve de “natural”, isto é, tratou-se de uma expressão da relação destrutiva com o meio ambiente estabelecida a partir de uma sociabilidade estruturada numa lógica predatória que privilegia a valorização do capital a custo, mesmo, da sua auto destruição. Nesse sentido, os desdobramentos que foram se suscitando a partir dessa experiência são imediatamente internalizados pela lógica predatória de valorização do capital. Não estamos afirmando aqui nenhuma ação teleológica para o desencadeamento de uma pandemia mundial, senão, a apropriação econômica e ideo-política de um efeito da exploração capitalista da natureza para o aprofundamento dessa mesma exploração capitalista de todas as dimensões da vida social.

Dessa forma, apontaremos algumas reflexões que nos mostrarão que o fortalecimento do uso de tecnologias de informação e comunicação, nos processos de execução de políticas sociais públicas, já estava posto antes da pandemia. Afirmamos que o uso de tecnologias de informação e comunicação nos processos de formação profissional, cuja maior expressão é o auge do ensino à distância a partir da primeira metade dos anos 2000, deve ser apreendido numa perspectiva de totalidade, indissociada das demandas postas ao trabalho profissional a partir da reconfiguração da intervenção do Estado. Essa reconfiguração se remonta ao chamado processo de reestruturação produtiva que muda radicalmente algumas determinações do mundo do trabalho. É necessário refletir acerca do fato de que o processo de avanço do discurso da democratização do acesso aos serviços sociais e – sobretudo – ao ensino superior no Brasil, atrelado à sua operacionalização pela via de tecnologias de informação e comunicação, se fortalece no mesmo momento histórico em que as lutas sociais antirracistas conquistam acesso a diversos espaços públicos, até então negados como produto histórico do racismo vinculado às particularidades da formação social brasileira.

Assim, apontaremos, de forma indissociada, o caráter de vanguarda das entidades



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

representativas do Serviço Social Brasileiro ao se organizarem coletivamente para denunciar e construir estratégias de enfrentamento, tanto às expressões de racismo estrutural, quanto a esse processo de destruição de direitos sociais. De destruição das políticas públicas como ferramentas de efetivação de direitos e da digitalização da vida social sob o discurso ideológico da democratização do acesso.

2. O projeto de profissão do Serviço Social no Brasil e os desafios das Tecnologias da Informação e Comunicação

O projeto profissional do Serviço Social brasileiro, construído a partir do processo latino-americano de reconceituação e consolidado a partir do que se consensuou em chamar de processo de renovação profissional, nos remete a uma concepção de profissão que tem se constituído como referência mundial no âmbito do pensamento crítico.

Essa perspectiva apresenta como ponto de partida fundamental uma concepção de profissão que supera o tradicional endogenismo profissional que apreendia a profissão como o resultado de um processo evolutivo a partir das práticas da caridade tradicional. A partir dos estudos pioneiros de Marilda Iamamoto e Raúl de Carvalho (2011), adensados por Netto (1992), dentre outros intelectuais, o Serviço Social é apreendido como um produto histórico vinculado às formas de intervenção pública perante as sequelas da exploração da força de trabalho, a partir dos albores do século XX. Essas formas de intervenção atendem a necessidades históricas vinculadas ao conflito de classe, que expressam as particularidades das formas de exploração e gestão do trabalho, que se metamorfoseiam ao longo do processo histórico.

A origem da profissão está marcada pela necessidade social de execução de políticas sociais, sobretudo públicas, com o intuito da garantia da reprodução e o controle da força de trabalho, num cenário de auge do processo de industrialização e urbanização. Nessa perspectiva, a natureza e função social da profissão – na sua origem – ocupa um lugar determinado na divisão sociotécnica do trabalho na lógica da especialização das profissões cuja funcionalidade, para a garantia da reprodução da ordem social, remete ao processo de fragmentação do conhecimento na perspectiva apologética (Lukács, 1992) ou justificadora, nos termos de Moura (1978).

No debate contemporâneo é preciso apreender as mudanças no mundo do trabalho para captar como essas mudanças se expressam nas demandas postas ao trabalho de assistentes sociais, mediadas pelas chamadas tecnologias e informação e comunicação - TICs.

O Conselho Federal de Serviço Social publicou, em 2020, um importante documento



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

atualizando o debate acerca das atribuições privativas de assistentes sociais. Nesse documento (CFESS, 2020^a) Raichelis (2020) apresenta instigantes reflexões para o debate sobre a reconfiguração dos espaços ocupacionais de assistentes sociais à luz da denominada *nova morfologia do trabalho*, no marco da crise estrutural do capital e que significa um ataque frontal aos direitos sociais. Esse ataque impacta as atribuições e competências profissionais que, na perspectiva da autora, remetem a uma forma de ser da profissão na divisão do trabalho. Nessa perspectiva, Raichelis questiona:

Como essas transformações do trabalho em tempos de crise estrutural do capitalismo redesenham o trabalho de assistentes sociais nos diferentes espaços públicos e privados nos quais atuam? Como se expressa a nova morfologia do trabalho profissional em toda a sua heterogeneidade? Quais são os novos formatos e conteúdos do trabalho desenvolvido por assistentes sociais nas diferentes políticas sociais, a partir da agenda comanda pela hegemonia do capital financeiro? Quais são as novas estratégias de controle e gerenciamento da força de trabalho dos quadros profissionais em suas distintas inserções ocupacionais? (Raichelis, 2020, p. 18)

Se analisarmos esses questionamentos a partir da introdução das tecnologias de informação e comunicação, observaremos que - segundo Fonseca (2008) - as primeiras aplicações das TICs diretamente associadas ao processamento de dados surgiram nas décadas de 1960 e 1970, com o advento dos computadores *mainframe*. Governos e grandes organizações começaram a utilizar esses sistemas para gerenciar grandes volumes de dados, especialmente em programas de seguridade social e previdência. A introdução dos sistemas de processamento de dados automatizou muitas tarefas administrativas, permitindo um melhor gerenciamento dos registros de beneficiários e pagamentos. Na década de 1980, a disseminação dos computadores pessoais (PCs) e dos softwares de gestão de dados revolucionou ainda mais o campo. Programas sociais começaram a utilizar bancos de dados eletrônicos para armazenar informações sobre beneficiários, facilitando o acesso e a atualização de dados, interferindo na distribuição dos benefícios.

Com a popularização da internet na década de 1990, os serviços sociais passaram por uma transformação significativa. A capacidade de compartilhar informações em tempo real e acessar dados remotamente permitiu a criação de sistemas mais integrados e eficientes. Portais online começaram a surgir, oferecendo aos cidadãos a possibilidade de consultar e solicitar benefícios sociais diretamente pela internet, reduzindo a necessidade de deslocamentos e, aparentemente, reduzindo filas nos centros de atendimento.

Durante os anos 2000, a digitalização dos processos se intensificou. Diversos setores de serviço social, em diversas instituições, adotaram sistemas de gestão eletrônica de documentos que, aparentemente, melhorariam a eficiência administrativa e aumentariam a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

transparência e a responsabilização. Note-se que enfatizamos se tratar da aparência, esse é o discurso oficial. A introdução de cartões magnéticos e sistemas de pagamento eletrônico foi introduzida sob o discurso da modernização da forma como os benefícios eram distribuídos alegando a redução de fraudes e agilização dos processos.

Na última década, a integração das TICs no serviço social atingiu novos patamares com o advento do Big Data, inteligência artificial (IA) e tecnologias móveis. As tecnologias móveis, especialmente os smartphones, mudaram radicalmente os mecanismos de acesso aos serviços sociais. Aplicativos móveis são apresentados como a possibilidade de que os cidadãos acessem informações e serviços de qualquer lugar, a qualquer hora, promovendo uma, pretensa, inclusão digital sem precedentes. Além disso, as redes sociais e outras plataformas de comunicação digital abriram novos canais para a disseminação de informações e interação com os beneficiários.

Observa-se que as TICs são apresentadas sob o viés ideológico de supostos inúmeros benefícios para os serviços sociais, incluindo maior eficiência, transparência, acessibilidade e inclusão. Esse mesmo viés ideológico apresenta pretensos desafios que continuam ancorados numa análise reducionista, como a necessidade de garantir a segurança dos dados pessoais, a capacitação contínua dos profissionais de serviço social e a inclusão digital de populações vulneráveis que podem não ter fácil acesso à tecnologia.

Em outros termos, a aparente crítica, ou aquilo que é apontado como desafios remete a uma concepção vinculada ao que alguns autores denominam de determinismo tecnológico.

Dessa forma, concordamos com Katz quando afirma,

O determinismo tecnológico comparte com outros determinismos (...) a redução da complexa diversidade de acontecimentos históricos a uma causa única e suficiente. Detectando um 'fator decisivo' pretende-se simplificar a uma chave muito simples, a multiplicidade e complexidade dos fenômenos. Esse reducionismo é explícito quando se atribui aos aparelhos a faculdade de modelar os hábitos e as instituições (...) A monocausalidade tecnológica ignora o caráter social da inovação. Desconhece que a tecnologia é a aplicação de conhecimentos científicos à produção sob as normas do capital e que, portanto, não determina, mas é determinada pelo processo social da acumulação (Katz, C., 1998, p. 40, tradução nossa)

A partir dessa análise podemos refletir acerca das reais possibilidades de se afirmar o fato de que é através das TICs que se desenvolverá um processo de democratização do acesso aos bens e serviços socialmente produzidos.

Pesquisas têm mostrado um panorama significativo sobre a desigualdade no acesso às TICs, especialmente entre diferentes grupos socioeconômicos com ênfase para a determinação étnico-racial. Segundo matéria publicada pelo Centro Regional de Estudos para o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) – referente a TIC Domicílios, 2022, lançada em 16 de maio de 2023 - o uso da Internet exclusivamente pelo celular é predominante entre mulheres (64%), indivíduos pretos (63%) e pardos (67%), além dos moradores das classes DE (84%) (Cetic.br, 2022). A predominância do acesso móvel pode ser um indicativo das limitações enfrentadas por esses grupos no que se refere ao acesso a dispositivos mais sofisticados e à conexão de maior qualidade.

Além disso, a pesquisa revela que a habilidade digital e o nível de segurança adotados variam consideravelmente entre os usuários de diferentes dispositivos. Mais da metade dos entrevistados (51%) afirmou ter buscado verificar a veracidade das informações online. No entanto, essa porcentagem foi significativamente menor entre os usuários que acessam a rede exclusivamente pelo celular (37%), em contraste com os usuários de múltiplos dispositivos, que alcançam 74% (Cetic.br, 2022). Esse dado evidencia a disparidade nas habilidades digitais e na adoção de medidas de segurança, como senhas fortes e verificação em duas etapas, que são adotadas por apenas 33% dos usuários de celular, em comparação com 69% dos que utilizam múltiplos dispositivos (Cetic.br, 2022).

A pesquisa também ressalta que a qualidade da conectividade e o acesso a dispositivos adequados são fatores determinantes na chamada inclusão digital. Enquanto a conexão via computador se manteve estável em 38%, o uso da televisão para acessar a Internet aumentou de 50% para 55% entre 2021 e 2022 (Cetic.br, 2022). Esse aumento pode ser visto como uma forma de compensação pelas limitações de acesso a computadores e outros dispositivos.

A análise dos dados revela que, apesar de 80% dos domicílios brasileiros estarem conectados à Internet, a presença de conexão varia significativamente entre áreas urbanas (82%) e rurais (68%) (Cetic.br, 2022). Essa diferença evidencia a continuidade da denominada exclusão digital, especialmente em áreas periféricas e de menor renda, onde a falta de infraestrutura e os altos custos dos serviços são barreiras importantes.

Além disso, a pesquisa aponta que, entre os 149 milhões de usuários de Internet no Brasil, 36 milhões ainda não têm acesso à rede. Este grupo é predominantemente composto por indivíduos de áreas urbanas, com menor grau de instrução, pretos e pardos, e pertencentes às classes DE (Cetic.br, 2022). As principais razões para a falta de acesso incluem o preço do serviço, a falta de habilidades e o desinteresse, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas para a inclusão digital. Muitas famílias moradoras de regiões periféricas não têm condições de arcar com os custos de dispositivos modernos e pacotes de dados, o que limita



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ainda mais sua capacidade de se conectar ao mundo digital. A pandemia de COVID-19 destacou essa desigualdade, quando muitas atividades, incluindo educação e trabalho, se transferiram para o ambiente online, deixando uma parte significativa da população desconectada e em desvantagem.

Dessa forma, cabe destacar que essas condições de “exclusão digital” se aprofundam no mesmo processo em que se fortalece o discurso da democratização do acesso aos bens e serviços públicos pela via da digitalização, da virtualização ou da dataficação do acesso às políticas sociais públicas. Muitos benefícios sociais e programas de assistência são agora gerenciados digitalmente, exigindo que os beneficiários tenham acesso à internet para se inscrever, renovar ou consultar informações sobre os serviços. Se o discurso da democratização do acesso à educação superior, por exemplo, já se apresentava como uma falácia na lógica do ensino à distância, essa falácia parece mais explícita quando se corroboram as limitações do acesso às TICs para o acesso a outros direitos sociais. Diz Raichelis,

(...) a mercantilização e a financeirização dos serviços públicos, a transformação das políticas sociais em nichos de rentabilidade para o capital modificam a forma e o conteúdo do trabalho de assistentes sociais (Raichelis, 2020, p. 25)

Essa afirmação remete à ideia abordada pela mesma autora a respeito de que o que ela, junto a outros autores como Antunes, chama de nova morfologia do trabalho não está restrita ao âmbito das empresas privadas ou ao trabalho manual, senão que se impregna na esfera pública estatal e atravessa as intervenções técnicas e profissionais como a de assistentes sociais.

O chamado governo empresarial, seguindo o raciocínio da mesma autora, opera uma burocratização do trabalho que interfere na materialização do trabalho intelectual de profissionais especializados. É nessa lógica de análise que propomos algumas indagações sobre a introdução das TICs na dinâmica do trabalho profissional de assistentes sociais e no acesso aos direitos sociais.

3. Estratégias de organização coletiva face aos desafios postos pelas TICs para o acesso aos serviços e para o exercício profissional

O Serviço Social, comprometido com uma série de valores que orientam o projeto profissional no Brasil, a liberdade como valor ético central, a defesa intransigente dos direitos humanos, o compromisso com o aprofundamento da democracia, com o aprimoramento intelectual, com um posicionamento contrário a qualquer forma de exploração e/ou opressão e com a universalização do acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, tem se



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

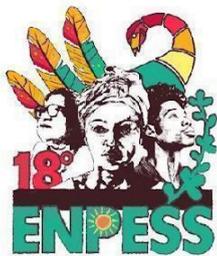
debruçado, na contemporaneidade, com o lugar das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na dinâmica das desigualdades sociais. Tem se observado que o discurso da democratização do acesso pela via da digitalização das políticas sociais nas mais diversas formas responde – como já apontamos - a uma construção ideológica que está longe da concepção de democratização que orienta o projeto profissional. Pelo contrário, tem se observado que esse processo pode aprofundar traços da desigualdade já consolidados, especialmente quando se trata da população negra residente em regiões consideradas periféricas. Não se trata de negar as possibilidades que as TICs podem oferecer, mas da sua apreensão no marco de relações sociais determinadas, por isso podem perpetuar e intensificar desigualdades. Segundo Álvaro Vieira Pinto,

O conceito de “era tecnológica” encobre, ao lado de um sentido razoável e sério, outro, tipicamente ideológico, graças ao qual os interessados procuram embriagar a consciência das massas, fazendo-as crer que têm a felicidade de viver nos melhores tempos jamais desfrutados pela humanidade (...) [operando a] conversão da obra técnica em valor moral (Pinto, 2013, p. 41).

Dessa forma, é imprescindível uma análise crítica que supere qualquer apreensão endógena do surgimento e desenvolvimento da tecnologia. Parece urgente analisar o lugar da tecnologia na história social, como produto histórico do processo das relações sociais e suas particularidades no atual estágio de desenvolvimento capitalista. Em outros termos: a técnica não é o motor da história. Citando, mais uma vez, Álvaro Vieira Pinto observamos que,

As lamentações da consciência ingênua sobre a desumanização do homem por efeito da civilização “mecanizada” ocultam o fato essencial dos efeitos nocivos atribuídos à última terem por origem, na verdade, as estruturas sociais nas quais é desempenhado o trabalho efetuado por meio das máquinas, são as relações sociais, diretamente, e não as relações no ato da produção, mantidas pelo trabalhador com os instrumentos, que aviltam a dignidade do ser humano quando o tornam aparentemente “escravo da máquina”. Se essa situação externa chega a se concretizar, aconteceu na verdade ter se tornado escravo de outro homem, por intermédio da máquina possuída pelo segundo, o proprietário (...) a concepção moralista da máquina e, veremos também, da tecnologia, sendo de cunho simplista, ignora o emprego da categoria lógica da totalidade (Pinto, 2013, p.106).

Por isso, não se pode autonomizar a técnica e a tecnologia das relações sociais das quais são produto histórico. Nessa perspectiva, apresenta-se um importante questionamento: é possível a tecnologia resolver o problema do acesso a determinados bens e serviços socialmente produzidos sem questionar as relações sociais das quais ela é produto? É possível “usar a tecnologia ao nosso favor” sem colocar em questão as relações sociais que a produziram historicamente? Nesse sentido, Marx já apontava caminhos para essa análise ao estudar o desenvolvimento da maquinaria no Livro 1 d’ O Capital, nos manuscritos de 1861- 1863 e nos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

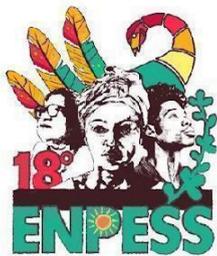
Grundrisse. Tem vasta produção no campo da tradição marxista dentre os que destacamos a obra *Marx e a técnica: Um estudo dos manuscritos de 1861-1863*, de Daniel Romero, dentre outros.

A partir desses apontamentos, surgem indagações, para a continuidade da pesquisa, vinculadas à particularidade da relação dialética entre trabalho e formação profissional. Observamos que os impactos das tecnologias de informação e comunicação operam mudanças tanto nos espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais – como destacamos a partir das reflexões de Raichelis (2020) - quanto nos processos de formação profissional. Configura-se um campo de disputa pelo perfil profissional, formado pelos centros de formação atravessados por essas tecnologias, coerente com o perfil profissional que as políticas sociais, mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, estão demandando.

Observamos que, não por acaso, as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC em 2002, retiram partes consideráveis da proposta apresentada pela ABEPSS e nos “devolvem”, como bem analisa Ortiz (2013) ao lugar executivo que nos fundou na divisão sóciotécnica do trabalho. A substituição de componentes fundamentais para a apreensão da dinâmica da sociedade burguesa por “*utilização de recursos da informática*”, como habilidade e competência profissional, já indicava um alerta. Destacamos, assim, que uma das principais conquistas do movimento latino-americano de reconceitualização, qual seja, “*recusa do profissional de Serviço Social de situar-se como um agente técnico puramente executivo (quase sempre um executor terminal de políticas sociais)*” (Netto, 2005, p. 12), é fortemente confrontada. A introdução dessa questão é precedida pela regulamentação de formas de ensino à distância na LDB de 1996 e aprofundada com o “boom” dos cursos de graduação à distância na primeira metade dos anos 2000. Poderíamos afirmar que esse fenômeno demandou uma das primeiras estratégias coletivas de organização política de assistentes sociais que se materializou, dentre outras produções, em duas cartilhas acerca da incompatibilidade entre a graduação em Serviço Social e o ensino à distância (CFESS, 2014 e 2015).

Ao contrário dos países centrais, onde as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) agregam novas possibilidades pedagógicas, nos países periféricos o uso dessas tecnologias tem significado substituição tecnológica. Uma política de ensino superior pobre para pobres, já que declaradamente a EaD está associada à oferta de ensino para segmentos mais pauperizados, conforme consta no Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado no governo Cardoso (CFESS, 2015, p. 9)

A questão que se apresenta é que o ensino a distância como nicho de valorização do capital, no âmbito do empresariado educacional transnacional, ao mesmo tempo e pela mesma atividade garante a mencionada valorização e oferece uma estratégia de substituição da



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

formação profissional crítica, humanista, intelectual e cultural por um treinamento executivo para atender as demandas do mercado laboral. Trata-se do mercado que convoca profissionais para a execução de políticas sociais dataficadas, que demandam conhecimentos gerais, não generalistas, na perspectiva da desprofissionalização e da desespecialização do saber.

Como apontamos nas reflexões introdutórias, a experiência da pandemia aprofundou a estratégia de uso de TICs como ferramentas para o trabalho profissional, com nomeações variadas: teletrabalho, home office, trabalho remoto, trabalho híbrido. Diante desse cenário novamente as entidades representativas, organizadas de forma orgânica, construíram pronunciamentos e estratégias de orientação e regulamentação de acordos com as suas funções precípuas.

Dessa forma, em 2020, em pleno cenário de pandemia, O CFESS afirma que a introdução das tecnologias de informação e comunicação no trabalho profissional de assistentes sociais, que a pandemia acelera, já vinha sendo desenvolvido e afirma, ainda:

A estratégia do capital é, portanto, aumentar os níveis de produtividade e o controle sobre os resultados esperados, flexibilizar os limites de exploração, atacar e destruir os direitos das/os trabalhadoras/es e empreender esforços para retirar do horizonte qualquer perspectiva emancipatória. O teletrabalho ou trabalho remoto se insere como um dos experimentos para intensificar a exploração do trabalho e dificultar a organização política da classe trabalhadora. Tal cenário tem indicado que pensar em respostas pautadas somente na aposta de que este contexto está próximo de chegar ao fim pode não ser suficiente. Precisamos pensar em saídas e proposições consistentes, que respondam às demandas de médio e longo prazo (CFESS, 2020, p. 2)

Outros posicionamentos como *Supervisão de estágio em tempo de pandemia: reflexões e orientações político-normativas* (CFESS, 2021), *Trabalho e Ensino Remoto Emergencial* (ABEPSS, CFESS, CRESS-RJ e ENESSO, 2021) – esse último produto da articulação das entidades no Fórum Nacional em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional com qualidade – apontam desafios e dilemas éticos impostos pelas particularidades do período pandêmico mas que o transcendem, ao reportarem ao fortalecimento do uso das TICs nos processos de formação e trabalho profissional.

Destacamos, ainda, as pesquisas desenvolvidas pela ABEPSS ao longo dos anos de 2021 e 2022 acerca do ensino remoto emergencial: *A formação em Serviço Social e o ensino remoto emergencial* (ABEPSS, 2021) e *Monitoramento, Graduação e Pós-graduação: A formação em Serviço Social e o Ensino Remoto emergencial* (ABEPSS, 2022). Observa-se a importância da pesquisa desenvolvida pela ENESSO intitulada: *Relatório Nacional de Estágio: reflexões a partir do Formulário acerca da Situação do Estágio em Serviço Social durante a*

pandemia (ENESSO, 2021).

Nesse sentido, observamos a particularidade da indissociabilidade das dimensões da formação profissional, do trabalho profissional e da organização política de assistentes sociais, baliza do projeto profissional no Brasil, diante dos desafios impostos pelo avanço da introdução de tecnologias de informação e comunicação desde finais da década de 1990, com forte consolidação a partir da trágica experiência pandêmica que fortaleceu essa tendência e a potencializou.

4. Considerações Finais

Pelos questionamentos até aqui apresentados, podemos afirmar que não é a tecnologia e não é pela tecnologia que iremos resolver radicalmente a questão do acesso tanto à formação de qualidade quanto aos bens e serviços advindos das políticas sociais. A indagação que instiga é: a tecnologia pode facilitar o acesso de quem não tem acesso?

Quando se analisa o perfil de estudantes da modalidade de ensino à distância observa-se que se trata, predominantemente de mulheres, não brancas, de baixa renda. Esses dados de perfil são apresentados como o triunfo da democratização. Entretanto, precisamos pensar qual é o projeto de universidade que temos à disposição: como se dá o processo de “escolha” pelos cursos EAD? Quais são as alternativas concretas que a população brasileira tem à disposição para realizar escolhas concretas? E qual é o cenário no âmbito das políticas sociais?

O ensino remoto emergencial, imposto pela pandemia da COVID 19 foi avaliado tanto pela ABEPSS, quanto pela ENESSO – citados anteriormente - apresentando dados onde docentes e discentes se pronunciam e avaliam essa experiência com indicadores negativos. Por isso, não se trata aqui de uma defesa principista descolada da experiência concreta. É a experiência concreta que mostra o caminho. A pergunta é: um desastre comprovado é a solução para a democratização do acesso? Qual é a concepção de democracia e democratização que sustenta esse discurso?

Uma educação antirracista e democrática e um exercício profissional antirracista e democrático requisitam o compromisso com um processo de democratização da sociedade brasileira e esse processo de democratização exige a organização coletiva por um projeto de sociedade emancipada.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Referências

ABEPSS. **A formação em Serviço Social e o ensino remoto emergencial**. Brasília, 2021.

ABEPSS. **Monitoramento, Graduação e Pós-graduação**: A formação em Serviço Social e o Ensino Remoto emergencial. Brasília, 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CETIC.BR 92 milhões de brasileiros acessam a Internet apenas pelo telefone celular, aponta TIC Domicílios 2022. Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/92-milhoes-de-brasileiros-acessam-a-internet-apenas-pelo-telefone-celular-aponta-tic-domicilios-2022/>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Volume 2. Brasília, 2014. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Volume 1. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf

CFESS. **Teletrabalho e Teleperícia**: orientações para assistentes sociais. 2020.

CFESS/COFI. **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. Vol. 2. Brasília, 2020a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativasVol2-Site.pdf>

CFESS. **Supervisão de estágio em tempo de pandemia**: reflexões e orientações político normativas. 2021.

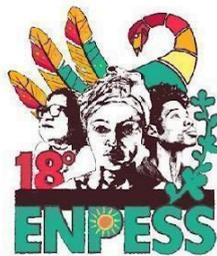
ENESSO. **Relatório Nacional de Estágio**: reflexões a partir do Formulário acerca da Situação do Estágio em Serviço Social durante a pandemia, 2021. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbrpesquisaenessoestagio-485>

FONSECA, M. **Genética Digital**: A herança das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC. 2008. Disponível em: https://www.itec.al.gov.br/informacoes_publicas/licitacoes-e-contratos/category/28-downloads?download=87:a-heranca-das-tics. Acesso em: 18 jul. 2024.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2011, 35º ed.

KATZ, Claudio. “Determinismo tecnológico y determinismo histórico-social”. **Redes**, vol. V, n.º 11, junho, pp. 37-52, 1998.

LUKÁCS, G. **Para uma crítica marxista da sociologia**: a decadência ideológica e as condições



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

gerais da pesquisa científica. Lukács. Sociologia. Coleção grandes cientistas. São Paulo: Ática, 1992.

MOURA, C. **A sociologia posta em questão**. São Paulo: Livraria editoria ciências humanas LTDA, 1978.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992. NETTO, J. P. O movimento de reconceituação – 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Nº 84. São Paulo: Cortez, nov.2005 (p. 5-20).

ORTIZ, F. G. Notas sobre as Diretrizes Curriculares: avanços, impasses e desafios. In: GUERRA, Y.; LEITE, J. L. e ORTIZ, F. G. (Orgs.) **Temas Contemporâneos: O Serviço Social em foco**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. Volume I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS/COFI. **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. Vol. 2. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>

ROMERO, D. **Marx e a técnica**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.